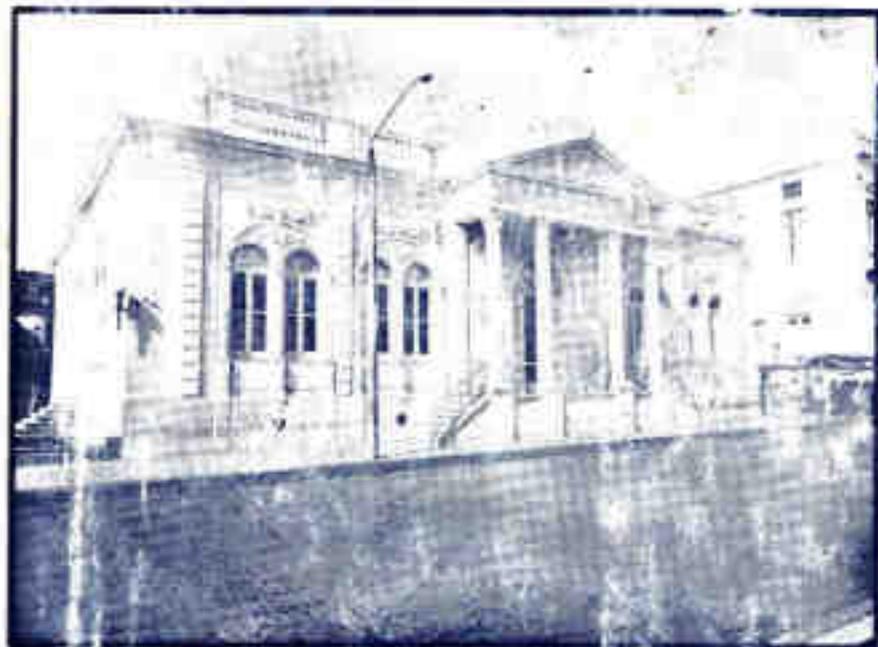


# HISTÓRIA EM REVISTA



PUBLICAÇÃO DO NÚCLEO  
DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPel

Número 2 - 1996



Editora e Gráfica Universitária - UFPel

# HISTÓRIA EM REVISTA

Núcleo de Documentação Histórica

UFPel  
Editora Universitária

Pelotas - Número 2 - 1996

Classe: <i>Revista</i>
Registro: <i>585</i>
Data: <i>24/03/97</i>
Doação: <i>Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel</i>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

COPYRIGHT © Núcleo de Documentação Histórica da UFPel

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE PELOTAS**

**Reitor:**

Prof. Antonio Cesar Gonçalves  
Borges

**Vice-Reitor:**

Prof. Daniel Souza Soares  
Rassier

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-  
Graduação:**

Prof. Alci Enimar Loeck

**Pró-Reitor de Extensão e  
Cultura:**

Prof. Francisco Elifalete  
Xavier

**Pró-Reitora Administrativa:**

Prof. Inguelore Scheunemann  
de Souza

**Pró-Reitor de Graduação:**

Prof. Paulo Roberto Soares de  
Pinho

**Pró-Reitor de Planejamento e  
Desenvolvimento:**

Bel. Antonio Leonel da Silva  
Cunha

**EDITORA UNIVERSITÁRIA**

**Diretor:**

Jorn. Fernando de Oliveira Vieira

**Gerente Operacional:**

Bel. Manuel Antonio da Silva  
Tavares

**Planejamento Editorial:**

José Hermínio Barbachã

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS**

**Diretor:**

Prof. Sidney Gonçalves Vieira -

**Vice-Diretor:**

Prof. Sebastião Peres

**Núcleo de Documentação  
Histórica da UFPel**

**Coordenação Administrativa:**

Profª Cláudia Mauch

**Coordenadores de Linhas de  
Pesquisas:**

**Quotidiano de Pelotas (e  
Região Sul):**

Profª Fábio Vergara Cerqueira

**Movimentos Populares:**

Profª Beatriz Ana Loner

**Antropologia:**

Profª Flávia Maria Silva Rieth

**Imigração e Gênero:**

Profª Lorena Almeida Gill

**Conselho Editorial:**

Profª Lorena Almeida Gill

Profª Maria Leticia Mazzocchi  
Ferreira

**Técnicos Administrativos:**

Alvim da Silva Jorge

Domingos Barreto Rodrigues

**Digitação, Composição e  
Diagramação:**

Mara Lúcia Vasconcelos da  
Costa

**Ficha Catalográfica:** Vera Ruth Machado Campelo

---

**História em Revista.** Pelotas: Instituto de Ciências Humanas; Núcleo de Documentação Histórica/UFPel, nº 2, 1996, Semestral.

1. Ciências Humanas - Periódico. 2. História - Periódico.

---

CDD 905

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	07
<b>II FORUM DE TEORIAS DA HISTÓRIA</b>	
1. A SEXUALIDADE NO BRASIL COLONIAL .....	09
Luiz Mott	
2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTATUTO DO TEXTO HISTÓRICO.....	29
Themístocles Cezar	
3. O DIÁLOGO TENSO ENTRE PAUL VEYNE E MAX WEBER.....	47
Adhemar Lourenço da Silva Jr.	
<b>PESQUISAS DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPEI</b>	
1. O ASSENTAMENTO DA PALMA: a individualização do coletivo.....	65
Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill, Paulo Mattos, César Reis Gomes, Rodrigo Dias	
2. OS JUDEUS EM PELOTAS.....	85
Lorena Almeida Gill, Jairo Luis Fleck Falcão	
<b>HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA</b>	
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DAS MENTALIDADES.....	97
Álvaro Moreira Hypolito	
2. O PODER ATRIBUÍDO À MÚSICA NO IMAGINÁRIO GREGO: SUAS MANIFESTAÇÕES E SUAS FUNDA- MENTAÇÕES CULTURAIS .....	107
Fábio Vergara Cerqueira	

3. FOTOGRAFIA E DOCUMENTO: DUPLICIDADE INALIENÁVEL.....	137
Francisca Micholon	
4. A INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM PELOTAS.....	149
Günter Axt	
5. NO LIMITE DA VIDA? NOTAS SOBRE VELHICE E MORTE.....	175
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira	
6. O ENSINO DA HISTÓRIA: CONCEPÇÕES E METODOLOGIA.....	189
Paulo André Passos de Mattos	
7. O ESTUDO ARQUEOLÓGICO DO QUILOMBO DE PALMARES.....	201
Pedro Paulo A. Funari	
<b>ENTREVISTA COM OTÁVIO BRANDÃO</b> .....	209
<b>RESENHAS</b>	
1. Resenha do Livro de GENRO, Tarso. "Utopia possível".....	255
Delamar José Volpato Dutra	
2. Resenha do Livro de Priore, Mary Del. "Festas e Utopias no Brasil Colonial".....	261
Edgar Rodrigues Barbosa Neto	

## APRESENTAÇÃO



O Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL foi criado em março de 1990 tendo como propostas iniciais resgatar e conservar documentos relativos à própria instituição, bem como desenvolver acervo que tivesse como temática organizadora, o movimento operário na cidade de Pelotas. Passados seis anos de sua fundação, o Núcleo ampliou sua abrangência para outras linhas de investigação, contando atualmente com cinco pesquisadores vinculados ao Departamento de História e Antropologia, dois técnico-administrativos e alunos bolsistas, cujas pesquisas tematizam sobre o cotidiano, movimentos sociais, imigração e gênero.

A trajetória que vem trilhando o Núcleo de Documentação nessa sua recente existência mostra sua disposição em abrir-se aos mais variados objetos de investigação, às mais diferentes formas de abordagem do real, concebendo em seu interior profissionais de áreas diversas como historiadores e antropólogos num diálogo extremamente profícuo e contemporâneo que adquire visibilidade na revista que ora trazemos ao público.

**O ASSENTAMENTO DA PALMA :  
a individualização do coletivo**



**Beatriz Ana Loner<sup>\*</sup>**  
**Lorena Almeida Gill<sup>\*</sup>**  
**Paulo Mattos<sup>\*\*</sup>**  
**César Reis Gomes<sup>\*\*\*</sup>**  
**Rodrigo Dias<sup>\*\*\*</sup>**

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido durante 1993 e 1994, junto aos colonos assentados na Fazenda da Palma, de propriedade da UFPEL, no município de Capão do Leão, RS. Nosso objetivo com este projeto era, ao mesmo tempo, recuperar a trajetória histórica dos colonos que ocuparam a Fazenda, antes e depois de sua entrada no Movimento Sem Terra, acompanhar seu desenvolvimento dentro do assentamento da Palma e a implantação de seu projeto. O fim último que dava título a pesquisa, era tentar compreender como se dava a relação entre a individualidade de cada colono com a expectativa concreta de vida em coletividade, proposta pelo Movimento, e que, na Palma, alcança níveis muito maiores, devido a proposta que norteia estas 26 famílias, ou seja, a forma cooperativada de produção e também de vida em coletivo, como logo veremos. Em parte, esta situação foi imposta pelas próprias condições

<sup>\*</sup> Professoras do Depto. de História e Antropologia da UFPEL.

<sup>\*\*</sup> Professor da rede estadual de ensino.

<sup>\*\*\*</sup> Bolsistas de iniciação científica CNPq e FAPERGS.

singulares deste assentamento, por situar-se em terras pertencentes a uma instituição universitária.

Tentávamos captar como seria esta tensão permanente, entre pessoas submetidas à uma cultura individualista como a nossa e que, de repente, se vêem incluídas num projeto que muito pouco espaço reservava para sua própria individualidade, senão para sua privacidade. Além do que, este próprio sentido de individualidade é contestado pela ideologia difundida pelo movimento, originária da Igreja e que sempre condena os excessos de individualismo, em nome de um sentido mais coletivo da vida e da exaltação à comunidade e ao "povo de Deus".

Para alcançar nossos objetivos, utilizamos as técnicas de História Oral e também nos valem de nossas observações, nas várias vezes que fomos ao assentamento. Além disso, foram feitas fotografias e gravações de acontecimentos internos ao assentamento, como palestras, festas, etc.

A pesquisa desenvolveu-se de março/abril de 1993 a dezembro de 1994. Entrevistamos ao todo, 13 colonos do assentamento, procurando buscar tanto elementos de direção quanto de base, homens e mulheres, jovens e velhos, numa seleção que nos permitisse visualizar todo o contingente humano com quem trabalhávamos. Inicialmente, havíamos pensado em entrevistar um membro de cada uma das 26 famílias assentadas. Ao longo do trabalho porém, foi ficando claro que as experiências, trajetórias e ideias daqueles já entrevistados, tendiam muito a se repetir (o chamado ponto de saturação das técnicas de história oral) sem nada acrescentar de novo, desautorizando portanto

que se prosseguisse com as entrevistas. Ao final do trabalho, selecionamos alguns dentre os entrevistados (com base nas entrevistas mais significativas que tínhamos conseguido) e voltamos a entrevistá-los, procurando agora obter sua visão do processo de assentamento ao longo destes dois anos e, especialmente, em que haviam se modificado suas esperanças e aspirações iniciais.

Na análise das entrevistas, centramos nossa atenção em alguns pontos decisivos para o estudo: suas origens; contradições do projeto coletivo de trabalho e a vida individual de cada colono; sua relação externa com partidos, igreja e com a UFPel e os grupos que os assessoram; valores e ideologias do MST e sua aplicação na vida cotidiana; condições de vida e expectativas no assentamento. Neste artigo desenvolveremos estes temas, com exceção aos valores e ideologias, que, por ser uma questão mais complexa, merece um tratamento à parte, futuramente.

### **Histórico**

O Movimento Sem Terra (MST) surge nos fins da década de 70, inícios de 80, congregando agricultores sem terra em torno da reivindicação básica da Reforma Agrária. Escaldados em outros projetos de assentamento de agricultores gaúchos na região centro-oeste, eles vão reivindicar, frente ao governo, terras no Rio Grande do Sul. O fato de maior projeção inicial deste movimento é o acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no ano de 1981. Depois deste, os colonos passam a utilizar a estratégia de ocupação de terras, em vários locais do Estado, ao mesmo tempo que

apresentam propostas, como projetos agrários e sugestões de formas de financiamento de terras para o governo. Tendo o Governo ( Estadual e Federal ) como seu interlocutor básico e contando com o apoio da Igreja, de vários movimentos e dos sindicatos de trabalhadores, o MST apresenta um alto grau de organização interna, ao mesmo tempo que desenvolve uma política de conscientização e politização de seus integrantes. Conta também com o apoio de alguns partidos políticos, mas a influência dominante em seu meio, é da Igreja Católica, especialmente de seus setores mais progressistas.

Normalmente, as ocupações são realizadas em terras de particulares consideradas improdutivas pelo movimento. Entretanto, para o final da década de 80, começam a invadir também terras da União, numa tentativa de pressionar mais diretamente a Administração Federal e cobrar soluções para o problema da Reforma Agrária. É dentro desta perspectiva que se colocam as duas invasões sofridas pelo Centro Agropecuário da Palma ( Fazenda da Palma ), estação agro-experimental pertencente a Universidade Federal de Pelotas e situada no Município de Capão do Leão, utilizada para fins de ensino e pesquisa da UFPel.

A primeira invasão ocorreu em 23 de novembro de 1987, quando grupos de colonos, vindos da Fazenda Anonni, instalaram-se no local. O significado político da invasão era evidente: dar uma resposta à UDR, que sempre reclamava pelo fato dos colonos só invadirem propriedades particulares; pressionar o governo Federal, para que este agilizasse a solução para os problemas da terra, além de tentar formas de colaboração entre colonos e instituições ligadas ao poder Federal.

daf o motivo da invasão de uma Fazenda Experimental. A proposta dos colonos era serem assentados, em parte das áreas da Fazenda e desenvolverem um projeto agrícola conjunto com professores e pesquisadores da UFPel. Entretanto, apesar do apoio de vários setores, dentro e fora da universidade, os colonos tiveram que lutar contra a posição da Reitoria e do Governo, contrários ao assentamento, além de fortes correntes na cidade de Pelotas e regiões vizinhas que viam no acampamento o perigo de transferir-se para a Zona Sul as conturbações ocorridas em outras regiões do Estado pela atuação do MST. Derrotados nos Conselhos Superiores da UFPel, os colonos perderam a possibilidade do assentamento, tendo que retirar-se do local em maio de 1988.

A segunda invasão deu-se em 12 de março de 1993, por um grupo de famílias vindas de acampamento na Fazenda Santa Marta, em Bagé. Fazia parte de uma estratégia responsável pela invasão, no mesmo dia de outras duas áreas de terra no Estado. Tal ação justificava-se no fato de que naquele dia, o presidente da República estaria no Estado abrindo a colheita de arroz e assim, estes acontecimentos teriam ampla repercussão nacional, fazendo parte da estratégia de pressão sobre a União para que esta efetivasse suas promessas de redistribuição de terras. Esta segunda invasão novamente dividiu as opiniões na universidade e na região. Entretanto, desta vez contou com uma conjuntura mais propícia internamente, devido a Reitoria, sob a direção do Dr. Amílcar Gigante, ter assumido uma posição favorável à projetos conjuntos com colonos sem terra. Também a direção do INCRA se posicionou favoravelmente ao projeto

de assentamento apresentado pelos colonos com a colaboração de setores ligados à universidade. Desta forma, o projeto foi aprovado pelos órgãos superiores da UFPel, ficando destinado uma área de quase 500 hectares da Fazenda para sua implantação, onde os colonos, distribuídos em 26 famílias (perto de 90 pessoas) devem desenvolver trabalhos de agricultura e pecuária, sob assessoria de técnicos e professores ligados à instituição, com a colaboração do INCRA e outros órgãos do governo quanto ao financiamento. A propriedade da terra continua sendo da universidade, tendo os colonos direito a sua utilização em regime de comodato durante 15 anos.

Posteriormente, a Reitoria da Universidade passou a grupos com uma orientação mais conservadora a este respeito, mas mesmo assim o projeto se desenvolve sem incidentes maiores desde dezembro de 1992.

#### **Análise de temas:**

##### ***Origens:***

Os agricultores vieram de famílias cujos pais eram pequenos proprietários, ou em sua maior parte arrendatários, denominados "meeiros", tendo em vista que do total produzido 50% ficava com o proprietário da terra e 50% ficava com quem efetivamente trabalhava. Esta origem familiar fez com que os filhos destes pequenos agricultores logo fossem expulsos da terra, já que em uma propriedade de oito, dez, ou no máximo vinte hectares não é possível tirar o sustento para mais de uma família. Alguns dentre eles são oriundos de famílias que

moravam na reserva indígena de Nonoai, de onde foram retirados pelo governo.

Seu nível de escolaridade é freqüentemente baixo, destacando-se apenas a professora, que fez curso de formação educacional e dois outros que concluíram o 1º Grau. Muitos deles, antes de entrar para o movimento, tiveram uma passagem na cidade, quase sempre trabalhando como operários. Esta passagem é sempre rememorada em termos negativos, como sendo a cidade um local sem futuro para eles, devido aos baixos salários e a falta de perspectivas de progresso pessoal.

Com uma vida completamente vinculada ao trabalho na terra, o "sonho" era voltar. A opção encontrada foi atuar junto ao MST (Movimento Sem Terra). Entraram no movimento ou incentivados por membros da família que já pertenciam ao mesmo, ou por conta própria. Apenas um deles disse que: "... porque ouviram na rádio que o sindicato avisava das invasões".

A decisão de acampar sempre foi de iniciativa do homem, às vezes tendo que vencer uma certa resistência das mulheres. Em alguns casos, a mulher e os filhos uniram-se depois ao homem, que foi inicialmente para o acampamento. Em alguns relatos, aparece uma anterior atividade junto a algum grupo organizado pela Igreja, embora eles nunca façam a relação entre a decisão de acampar e uma possível influência dos religiosos.

Estes colonos tem uma trajetória relativamente curta no movimento, mais ou menos de 4 anos. Para quase todos a primeira

experiência de acampamento foi na Fazenda Bacaraí, Cruz Alta e depois em outras invasões, quase todas próximas a região de Bagé.

As famílias foram escolhidas para permanecer na Palma através de sorteio, mas há um traço marcante no grupo vinculado a sua pouca atuação política exercida pelos antes "sem terra". Esta reduzida atuação está ligada a recente militância e aparece ainda mais quando percebemos que os colonos da Palma, tem sua participação prejudicada nas instâncias deliberativas do MST, talvez pelos inúmeros problemas colocados no assentamento. O grupo vive mais restrito à realidade local, pouco contribuindo com discussões mais abrangentes a nível estadual e nacional. Mas isso não significa que não exista solidariedade e companheirismo entre os assentados e o MST, manifestados pelo sentimento de pertencimento a este movimento.

### *Individualismo x Coletivismo*

Logo que começamos as entrevistas na Palma, uma das questões que nos chamava a atenção foi justamente a expectativa que tinham os assentados no processo de coletivização não só vinculado a esfera da produção, quanto da reprodução. Pensava-se em uma vida praticamente conjunta, como se o assentamento pudesse se constituir em um "embrião" daquela sociedade igualitária, justa e fraterna, que a esquerda preconizava. Hoje, passado algum tempo desde que o assentamento foi efetivado, pode-se perceber que a idéia de coletivização esteve bastante vinculada a questão do comodato. Os colonos da Palma nunca terão a propriedade efetiva da terra, já que o comodato, segundo o AURÉLIO, seria "um empréstimo gratuito de

coisa que deve ser restituída no tempo convencionado", e este tempo é, neste caso, de 15 anos, podendo ser prorrogado. Os colonos tem consciência que a prorrogação depende, decisivamente, dos resultados de seu trabalho ao longo deste tempo, além, é óbvio, da conjuntura política do país e da correlação de forças internas na universidade ao cabo destes anos.

Provavelmente, esta situação - excepcional em termos de assentamentos de colonos sem terra - tenha condicionado em muito as expectativas destes colonos quando vieram se estabelecer aqui. Inicialmente, tudo foi pensado para ser feito em termos coletivos e muito até hoje assim continua: por exemplo, a cozinha é coletiva, o que é justificado pelo fato de que haveria menos desperdício, além do que retira um pesado trabalho das costas das mulheres. Existe um projeto de lavanderia coletiva, e um setor de conserto de roupas, também coletivo. Coletivo ainda se pretende seja a creche, o que liberaria a mãe dos cuidados com as crianças enquanto trabalha. Em entrevistas iniciais, sentimos que esta mentalidade impregnava de tal forma as idéias dos colonos que, por exemplo, alguns entrevistados afirmaram que até as galinhas que criavam como sua propriedade individual, junto às casas, seriam colocadas no galinheiro coletivo, tão logo este estivesse pronto. Entretanto, hoje em dia, com o galinheiro já pronto e o criadouro de porcos também em funcionamento, continuamos a ver muitas destas pequenas criações no acampamento que persistem como propriedade individual.

Maiores transformações passou o projeto de construção das casas para os colonos: inicialmente elaborado pela Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo, ele previa 13 casas geminadas que abrigariam duas famílias cada uma, onde a cozinha e banheiros seriam comuns. Este projeto, feito em 1992, passou por vários problemas e não conseguiu se viabilizar financeiramente, pois o dinheiro, que viria do INCRA, não saiu. O que levou os colonos, em 1994, no terceiro inverno que passavam em barracas de lona, a procurarem novas formas de construir suas casas, por si mesmos, sem esperar mais pela ajuda externa. Significativo, contudo, é que agora, o projeto tenha se modificado: são propostas casas populares, separadas e mais distanciadas uma das outras. Segundo um dos entrevistados, o outro projeto era muito caro e sonhador... Já ao longo do ano passado, ficava claro a volta do individualismo, que aparecia em algumas entrevistas como um ideal de maior privacidade, especialmente por parte de lideranças que talvez tivessem uma maior visibilidade dos processos que se desenvolviam dentro do assentamento.

Por outro lado, num projeto como este dos colonos, as reuniões e encontros de discussão são frequentes e as eventuais disputas ou divergências de opiniões que lá se estabelecem, devem ser dirimidas por lá mesmo, sem que as pessoas porventura em conflito, possam se afastar muito uma da outra, obrigadas a conviver no mesmo assentamento, todos os dias, em todas as ocasiões. Talvez isso leve a que alguns agora repensem sobre a questão das casas, tentando preservar pelo menos um espaço próprio para si, sem ter que dividi-lo com outros.

Na verdade, suas condições de moradia ( 'a parte social', como eles dizem ) são ainda muito precárias. Estes anos foram muito duros para os assentados, obrigados a passar por invernos extremamente úmidos e gelados, e verões escaldantes, debaixo de barracas de lona, sem maior proteção. As privadas são as populares 'casinhas' da roça, distantes do acampamento, sem vedação suficiente. No início tiveram muitos problemas com falta de água potável e algumas doenças, devido à precariedade das condições de higiene.

A falta de dinheiro, mais do que insuficiente no primeiro ano, se refletiu numa alimentação deficiente ( houve meses em que nem leite para as crianças pequenas se conseguiu assegurar ) à base de polenta e verduras, praticamente sem carne. Ainda no início, problemas com as sementes de hortaliças e a comercialização, emperraram em muito o trabalho, que também não conseguia se desenvolver devido a demora na vinda do financiamento para a compra de animais e de máquinas agrícolas, além de questões com os órgãos superiores da UFPel.

Entretanto, este ano inicial de muito sofrimento e indefinições, onde tudo estava em compasso de espera e onde as condições de trabalho eram as piores possíveis, foi um ano de grandes esperanças em futuras realizações, de muitos sonhos e expectativas. Comparativamente, em 1994, em condições melhores, com financiamento e plantio do solo já acelerado, com novas construções surgindo, se viu que muitos desanimaram, tendo inclusive 4 famílias ido embora do acampamento (e do movimento). Segundo as lideranças, estas famílias foram embora por não mais concordarem com a proposta coletiva de trabalho. Entretanto, nossas observações

individuais, por ocasião das visitas, já tinham detectado estas famílias, moradoras da extremidade mais distante do acampamento, como aquelas onde os barracos estavam em piores condições, mais desleixados, o que, provavelmente, descreve o estado de espírito de seus moradores, deteriorando-se lentamente com o passar do tempo, sem que as condições de vida melhorassem significativamente.

Contudo, mesmo algumas lideranças atuantes do acampamento, mostram-se desgostosas com o rumo como as coisas estão correndo neste último ano, criticando a ênfase excessiva nos problemas da produção, que leva ao descuido com a questão social, onde o maior problema que avulta é da falta das casas. Talvez o que esteja acontecendo é que a capacidade de sacrifício destes colonos na luta pela implantação de seu projeto já esteja quase esgotada e agora, que já existe algum dinheiro, eles aspirem a uma melhora rápida nas condições de vida, o que, por sua vez, entra em contradição com a lógica da produção, para a qual um maior investimento é condição indispensável para maior crescimento. Esta contradição frequentemente está presente em muitos investimentos individuais ou familiares, mas, nestes casos, o número de pessoas com poder de decisão é bem menor. No caso dos colonos, o problema termina se colocando com a direção, que pretende aumentar a produção, enquanto alguns membros da base advogam aspirações de melhorias coletivas.

O assentamento tem uma estrutura deliberativa formada por todos os colonos, com decisões tiradas em assembleia. Nestas, tem direito à voto os maiores de 16 anos. Além disso, tem uma direção, eleita por um ano, com direito à reeleição. Esta direção é que

encaminha as resoluções das assembleias, com o auxílio dos responsáveis de cada setor. Nesta estrutura toda, frente à realidade dos poucos recursos disponíveis, os conflitos entre propostas divergentes - entre uma perspectiva de maior satisfação das necessidades individuais, e uma concentração dos recursos na estrutura produtiva - às vezes, não conseguem se resolver satisfatoriamente, ocorrendo o privilegiamento da ênfase na produção. As necessidades individuais encontram pouco espaço para sua expressão dentro das assembleias. A direção, representando os interesses do conjunto e, talvez, começando a apresentar traços de uma excessiva centralização das decisões em suas mãos, não consegue dar conta dos inúmeros problemas representados pela vida comunitária de tantas pessoas, das várias aspirações e expectativas - coletivas e individuais - que tendem a surgir com o decorrer do tempo. Recentemente tomamos conhecimento que a situação evoluiu a ponto de caracterizar dois grupos distintos no acampamento, embora todos os dois continuem defendendo o processo de produção coletivizada.

Desde o início, no assentamento, já se vislumbrava algumas aspirações individuais, como do jovem solteiro que queria comprar uma moto, logo que possível, ou do estudante que pretende cursar agronomia (se bem que, neste caso, isto é incentivado pelo grupo, que aspira ver colonos formando-se na UFPel).

A vida em coletivo, especialmente nesta situação de ainda penúria nos recursos materiais, torna-se difícil para todos, em quase todas as situações. Por exemplo, embora eles não se queixassem do assunto, admitiam, quando questionados, que as chances de lazer no

acampamento são quase nulas, especialmente para mulheres e jovens solteiros. Ao mesmo tempo porém, a limitação financeira os obrigava a ficar lá mesmo nos fins de semana e diminuía até sua vontade de envolvimento afetivo com outras pessoas de fora do grupo.

Ainda que nossa pretensão inicial não tenha sido trabalhar de forma mais específica com a questão de gênero, as entrevistas realizadas, especialmente com mulheres, nos chamaram atenção. Embora o discurso do MST seja aquele associado à igualdade entre os sexos e ainda que as tarefas da esfera privada estejam diluídas, tendo em vista que as refeições já são feitas coletivamente, assim como existem grupos que atuam no cuidado com as roupas, por exemplo, as mulheres verbalizaram nas entrevistas aquilo que de fato acontece na realidade do acampamento. Dizem elas que os homens "ajudam" nas tarefas de casa, no cuidado dos filhos, assumindo uma responsabilidade que lhes parece própria. Podemos falar portanto, com tranquilidade, que também ali, como em todos os outros lugares, a mulher cumpre uma dupla jornada de trabalho. Na escolha das tarefas dentro do assentamento, as chamadas "funções específicas" voltam a se confirmar. Na cozinha existem somente mulheres trabalhando, na creche da mesma forma; os homens, em sua grande maioria, estão na plantação e ao retornarem às suas barracas reproduzem a condição de dominadores, que, da mesma forma, lhes parece própria.

Entretanto, para todos as perspectivas futuras no acampamento são ainda muito superiores ao que poderiam aspirar no local de onde vieram. Isso é mais evidente quando se entrevista colonos cujas condições anteriores ao assentamento aproximavam-se ainda mais

da completa penúria. Eles apresentam uma grande fé nesta empresa, vista como única possibilidade de uma vida digna que encontraram para si e seus filhos. Para outros, além de ser uma opção de vida consciente, o ato de integrar o MST e acampar transformou-se também numa forma de resolver problemas pessoais, como é o caso do assentado mais velho, que, separado e com filhos já crescidos, viu-se de repente sem casa, sem emprego e sem dinheiro. Assim, acampar (mesmo contando com a oposição de todos os filhos) tornou-se uma solução conveniente. O que não impede que este senhor tenha uma consciência política clara dos objetivos do MST.

#### *Relações com grupos externos:*

Um dos grandes problemas enfrentados pela pesquisa foi estabelecer qual o verdadeiro grau de ligação entre estes colonos e grupos externos, como partidos ou a própria Igreja. Tivemos casos de entrevistados negarem preempitoriamente qualquer ligação, sequer de simpatia com determinado partido político e, ao mesmo tempo, terem pregado em seus barracos, folhinhas de vereadores da região. Com o tempo e algumas conversas com seus líderes, conseguimos vencer esta barreira e por fim, todos, nas entrevistas, perderam o medo de falar sobre participação política, a maioria vinculada ao PT, partido no qual muitos se filiaram há pouco, depois de assentados (como acampados, não podiam se filiar, pois a justiça não reconhecia seu domicílio eleitoral).

Entretanto, com relação a Igreja, não fomos tão bem sucedidos. As respostas variavam, desde que "aqui há pessoas de diferentes

religiões", àquelas que tendiam a minimizar o papel da Igreja, enquanto instituição, nos acampamentos. Entretanto, é significativo o fato de vários dos entrevistados reconhecerem que só começaram a dar um maior valor a religião, depois de começarem a participar do MST, ou de outros que admitiam ter outra fé religiosa antes do movimento e terem se aproximado da Igreja Católica nos acampamentos.

O que os colonos não negam é sua participação no Movimento Sem Terra, do qual são ainda partes integrantes, mantendo uma estrutura organizativa no assentamento e tendo ligações com a direção estadual. É frequente, ao referir-se a ações do movimento, os indivíduos utilizarem o termo *nós*, o que a princípio nos levava à confusões sobre se eles haviam ou não participado de determinados episódios.

Em relação à administração da universidade os colonos, como já foi referido acima, passaram por alguns pequenos problemas, mas agora mantêm-se numa posição estável, com relativa indiferença de parte à parte. Nota-se, entretanto, uma certa frustração com relação aos setores que os apoiam dentro da universidade. Com efeito, quando esta leva de colonos invadiu a Fazenda da Palma, sua vinda polarizou internamente a universidade entre aqueles que apoiavam os colonos, e diziam que era perfeitamente possível um trabalho conjunto: universidade - colonos, e aqueles que entendiam que terras da universidade são para pesquisa e ensino e não para reforma agrária. Grosso modo, esta polarização já refletia as forças políticas que, pouco tempo depois, se enfrentariam em nova disputa eleitoral para a Reitoria, com vitória das forças mais conservadoras. Entretanto, como

naquele momento era o grupo mais progressista que detinha a Reitoria, procurou-se viabilizar o assentamento. E muitos grupos de estudantes e professores se formaram, todos com projetos de trabalhos conjuntos na Palma. Depois de assentados, porém, o ritmo e a cronologia diferenciada do trabalho na universidade e na agricultura se fez sentir, e muitos projetos não passaram das primeiras idas ao acampamento com o que se trouxe uma certa frustração aos colonos, que efetivamente acreditaram nas possibilidades de um grande trabalho conjunto. É bem verdade que, em algumas áreas, como a da produção, esta colaboração sempre existiu e de forma sistemática. Entretanto, em outras, como na área da saúde e das humanas em geral, os trabalhos foram muito menos intenso e irregulares, desmotivando os colonos, cujas necessidades, imediatas e sempre presentes, não se coadunavam com o ritmo de trabalho semestral da universidade, sujeito ainda a paralisações extras.

Contudo, aquela grande expectativa inicial de trabalho conjunto, levou-os a apresentar, nos primeiros tempos, uma atitude de certa passividade, de paciente espera frente a resolução de alguns problemas. O exemplo da habitação é o mais ilustrativo, na medida em que passaram-se 2 anos até que resolvessem eles próprios construir as casas, mas aí ainda podemos acreditar que confiavam na palavra de autoridades que garantiram o financiamento ao projeto. Mas que dizer de problemas menores, como a questão da assistência médica no acampamento? Algumas mulheres engravidaram enquanto esperavam que os anticoncepcionais fossem trazidos ao acampamento, mas poderiam tê-los conseguido em postos médicos da região.

Os colonos estão muito acostumados a reivindicar a terra, de forma agressiva e direta, mas sempre contaram, para suas outras necessidades, com o apoio do Movimento, da Igreja, de sindicatos e de outros setores que apoiaram a sua luta. Os acampamentos contam com uma rede de apoio muito grande que, mesmo de maneira precária, satisfaz suas necessidades básicas e os orienta. Agora, enquanto assentados, esta estrutura já não podia corresponder à todas suas necessidades, nem o pessoal de apoio na região tinha condições de suprir esta falta. Os colonos tinham consciência disso (especialmente na fase mais aguda de falta de alimentos, eles manifestaram ter vergonha de recorrer a ajuda externa, pois agora assentados, sua própria expectativa era que pudessem suprir eles mesmos sua manutenção).

Atualmente, o tempo da espera já se foi e novos problemas vem se somar aos antigos, pois eles vivem uma situação complexa, solicitados, por um lado pelas tarefas imediatas da sobrevivência, por outro por seus compromissos com o o projeto maior do MST, que eles ainda compartilham. Ao mesmo tempo, tem que dar respostas aos problemas colocados aos agricultores brasileiros em geral, e também aqueles causados pelo conflito entre as novas condições e necessidades de um projeto coletivo e a ideologia individualista que cada um traz dentro de si e que busca retornar a todo momento.

Este artigo foi escrito no início de 1995, mas só pôde ser publicado neste momento. Ainda que muitas mudanças tenham se processado no Assentamento da Palma, julgamos importante divulgar o trabalho que havia sido feito, já que a história deste movimento foi

fundamental para que a situação estivesse como hoje está. Caberá à novas pesquisas, outras discussões e debates.